



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão Permanente de Constituição Justiça e Redação



ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2019.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia catorze de maio do ano de dois mil e dezenove, no Plenário Antônio Mariz, sob a Presidência da deputada Pollyanna Dutra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta. Havendo número regimental, a Presidente deputada Pollyanna Dutra “em nome de Deus e do povo paraibano” declarou abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, que contou com as presenças dos membros deputados: Ricardo Barbosa, Camila Toscano, Felipe Leitão e Cabo Gilberto, suplente do deputado Tovar Correia Lima, estava presente o deputado Delegado Wallber Virgolino. Ato contínuo, a Presidente convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, a quem solicitou a leitura do Expediente em Mesa, o edital de convocação e a leitura da Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de abril de 2019. A Ata após ser colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade e sem restrições. O deputado Ricardo Barbosa solicitou que fosse retirado de pauta o Projeto de Lei nº 225/2019, de sua autoria – Dispõe sobre a criação de realização de audiências públicas previamente aos procedimentos de desapropriação de imóveis de uso residencial ou comercial urbano com finalidade pública e social. A solicitação foi acata pela presidente. Em seguida, iniciou a Ordem do Dia e passou a palavra para a secretária, deputada Camila Toscano. Discussão e votação, Item 3 – Projeto de Lei nº 182/2019 da deputada Cida Ramos – Institui a Política Estadual de Economia Solidária no Estado da Paraíba e cria o Conselho Estadual de Economia Solidária. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade, com emenda supressiva. Sem discussão, foi aprovado por

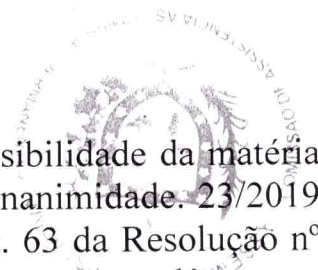
unanimidade. Pela Ordem, o deputado Ricardo Barbosa solicitou a inversão de pauta a pedido do deputado Wallber Virgolino. A Senhora Presidente acatou a solicitação. Dando continuidade, a secretária, deputada Camila Toscano informou que será discutido e votado os Projetos de Lei do Item, 3. Projeto de Lei nº 212/2019 do deputado Delegado Wallber Virgolino - Dispõe sobre cobranças por estimativas das concessionárias fornecedoras de água, luz e gás no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda de redação. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. 230/2019 do deputado Delegado Wallber Virgolino - Torna obrigatória a implantação gradativa de sistemas de segurança para o controle de entrada e saída dos estudantes nas dependências das Escolas da Rede Pública do Estado da Paraíba. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela constitucionalidade, e na oportunidade, parabenizou o autor pela brilhante iniciativa deste projeto. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 234/2019 do deputado Delegado Wallber Virgolino - Institui o “Dia Estadual da Família na Escola”, e dá outras providências. O relator Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade e parabenizou o autor pela propositura. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. 235/2019 do deputado Delegado Wallber Virgolino - Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que se enquadrem no dispositivo na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e dá outras providências. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. 236/2019 – do deputado Delegado Wallber Virgolino – Fixa normas de transparência e dados a serem obrigatoriamente divulgados nos sítios eletrônicos dos poderes e órgãos públicos do Estado da Paraíba, com vistas ao Princípio Constitucional da Publicidade dos atos e ações estatais, garantindo ao cidadão acesso pleno e irrestrito à informação adequada e clara. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. 238/2019 do deputado Delegado Wallber Virgolino - Considera como Patrimônio Cultural do Estado da Paraíba a obra do cantor e compositor Francisco Ferreira Lima, conhecido como Pinto do Acordeon. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a secretária, deputada Camila Toscano informou que retornará para o início da pauta e continuará sendo discutido e votado os Projetos de Lei do Item, 3. 194/2019 do deputado Adriano Galdino - Obriga o Poder Executivo Estadual e as empresas concessionárias, responsáveis pela manutenção das passarelas, pontes e viadutos, a instalarem telas e gaiolas de proteção localizados no Estado da Paraíba, e dá outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Edmilson Soares, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado com a maioria dos



votos, tendo apenas um voto contrário do deputado Cabo Gilberto. 195/2019 do deputado Adriano Galdino – Obriga os caminhões limpa fossa a instalarem dispositivo de geoposicionamento que seja capaz de identificar o local onde é feito o despejo de dejetos, no âmbito do Estado da Paraíba. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Júnior Araújo, proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda modificativa. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 196/2019 do deputado Adriano Galdino - Inclui no Calendário de Eventos do Estado da Paraíba o Dia Estadual das Pessoas com Paralisia Cerebral, a ser realizado, anualmente, no dia 07 de novembro, e dá outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Edmilson Soares, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. O deputado Ricardo Barbosa pediu vistas ao Projeto de Lei nº 197/2019 do deputado Adriano Galdino - Institui a obrigatoriedade de que seja informado, no exterior e no interior dos veículos utilizados pelas empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal, um número de telefone oficial para fins de eventuais reclamações, e dá outras providências; A deputada Camila Toscano, pediu adiamento para o Projeto de Lei nº 198/2019 do deputado Adriano Galdino - Obriga a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de educação para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, e dá outras providências. Dando continuidade, discussão e votação do Item, 3. Projeto de Lei nº 200/2019 do deputado Adriano Galdino - Institui os Jogos Escolares no âmbito do Estado da Paraíba. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda substitutiva e parabenizou o autor pela brilhante proposta. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 201/2019 do deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a destinação de óleo e gordura de origem animal ou vegetal por bares, restaurantes, lanchonetes e similares, na forma que menciona, no âmbito do Estado da Paraíba. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Tovar Correia Lima, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. 202/2019 do deputado Adriano Galdino - Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher do Estado da Paraíba conferindo às empresas que adotem práticas de valorização da Mulher e enfrentamento da desigualdade de gênero no ambiente de trabalho. A relatora deputada Pollyanna Dutra proferiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, o deputado Ricardo Barbosa disse que foi aprovado um projeto de sua autoria análogo a este, mas infelizmente a lei ainda não foi aplicada e na oportunidade, sugeriu que caso continuassem sem eficácia estas leis poderiam acionar o Ministério Público. Foi da mesma opinião a deputada Pollyanna Dutra, parabenizou o autor da propositura e considerava importante que os projetos que envolvessem direitos e benefícios para as mulheres fossem relatados pelas parlamentares. Projeto 203/2019 – Do deputado Adriano Galdino – Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção

Integral à Saúde do Homem. Relator deputado Felipe Leitão, que proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda substitutiva. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. O deputado Ricardo Barbosa solicitou a inclusão de pauta do Projeto de Decreto Legislativo 03/2019 – Da Mesa Diretora – Aprova a indicação de Ricardo Sérgio de Aragão Ramalho Filho pelo Governo do Estado para o cargo de Diretor Executivo de Controle Administrativo Financeiro da Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB, e dá outras providências. A Presidenta aceitou a solicitação, e determinou a inclusão de pauta dos Projetos de Leis Ordinárias 377/2019 – Do deputado João Gonçalves – Reconhece como utilidade pública APLP-Academia Paraibana de Letras Jurídicas, e dá outras providências. 435/2019 – do deputado Tião Gomes – Cria a Área de Proteção Ambiental da Praia de Jacaré e dá outras providências. Discussão e Votação dos Projetos de Leis 207/2019 – da deputada Camila Toscano – Altera dispositivo da Lei nº 11.100, de 06 de abril de 2018, e adota providências correlatas. Relator deputado Felipe Leitão, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 208/2019 – da deputada Camila Toscano – Cria o programa “Disque Ronda Escolar” no âmbito do estado da Paraíba e adota providências correlatas. Relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição do deputado Edmilson Soares, que proferiu parecer pela prejudicialidade. Posto em discussão, o deputado Cabo Gilberto afirmou que o efetivo foi reduzido, e que não há pagamento de extras. A deputada Camila Toscano defendeu que mesmo prejudicado, que o projeto deve passar pela Comissão, para conhecimento do autor. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 209/2019 – da deputada Camila Toscano – Obriga a contratação de nutricionista nas escolas da rede privada de ensino integral do Estado da Paraíba e adota providências correlatas. Relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição do deputado Edmilson Soares, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. O deputado Ricardo Barbosa afirmou que o projeto foi aprovado por legislar sobre a educação no setor privado. 214/2019 – do deputado Raniery Paulino – Reconhece de Utilidade Pública a “Shrine Brasil Paraíba”. Relator deputado Felipe Leitão, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 215/2019 – da deputada Cida Ramos – Dispõe sobre a adaptação de terminais de autoatendimento das instituições financeiras no Estado da Paraíba para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Relator deputado Felipe Leitão, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão, o deputado Cabo Gilberto afirmou que o projeto é muito importante para o Estado, e que vai evitar constrangimentos, e parabenizou o autor. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 217/2019 – da deputada Cida Ramos – Dispõe acerca da obrigatoriedade de disponibilização de

banheiros químicos adaptados à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida nos eventos públicos ou privados realizados no Estado da Paraíba. Relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição do deputado Edmilson Soares, que proferiu parecer pela prejudicialidade. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 218/2019 – do deputado João Gonçalves – Concede o Título de Cidadã Paraibana a Jornalista Zuila Frutuoso David Duarte, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. Relator deputado Felipe Leitão, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 219/2019 – do deputado Nabor Wanderley – Dispõe sobre a notificação compulsória de casos de violência autoprovocada, incluindo a automutilação e as tentativas de suicídio. Relatora deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão, a Presidenta questionou o objetivo do projeto. A Relatora realizou a leitura do projeto. O deputado Ricardo Barbosa afirmou que, em número de suicídios, o Brasil ocupa o 5º lugar, e pediu para a Presidenta retirar o projeto de pauta. A Relatora defendeu que seja realizada notificação para a família, e informou que possui um projeto aprovado sobre o dia da depressão. Disse que é necessário fazer adaptação. O deputado Ricardo Barbosa pediu vista do projeto, sendo concedido pela Presidenta. 220/2019 – da deputada Dra. Paula – Institui a criação de casas de apoio para mulheres em situação de risco e vulnerabilidade no âmbito dos municípios sede das 15 regionais geoadministrativas do Estado da Paraíba. Relatora deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela prejudicialidade. Posto em discussão, a Presidenta afirmou que não existem casas nas 15 regiões, e que é necessário cobrar o cumprimento da lei. Posto em discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 221/2019 – do deputado Adriano Galdino – Dispõe sobre a inclusão do tema Educação Financeira nos componentes curriculares das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba. Relator deputado Ricardo Barbosa, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Posto em discussão, o deputado Cabo Gilberto disse que concorda com relator, mais que é importante a educação financeira, e que muitas pessoas estão com depressão por problemas financeiros. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 222/2019 – do deputado Adriano Galdino – Dispõe sobre a criação, no âmbito das unidades escolares públicas do Estado da Paraíba, das Comissões Internas de Apoio Integrado. Relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição do deputado Edmilson Soares, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. 223/2019 – do deputado Adriano Galdino – Dispõe sobre a criação da Semana Estadual da Reciclagem e Meio Ambiente na Rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba. Relatora deputada Camila Toscano, em substituição do deputado Tovar Correia Lima, que proferiu parecer pela constitucionalidade. Posto em discussão. Posto em votação, o parecer foi



relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela admissibilidade da matéria com emenda. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 23/2019 – do deputado Felipe Leitão – Inclui o parágrafo 3º ao art. 63 da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012 (Regimento Interno) e dá outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão, o deputado Felipe Leitão discordou do parecer e afirmou que na Câmara de João Pessoa a leitura de versículos da bíblia ocorre diariamente, a deputada Camila Toscano disse que a leitura bíblica não prejudicará os trabalhos da casa, o deputado Cabo Gilberto concordou com a deputada Camila Toscano, o deputado Ricardo Barbosa mencionou que seu voto foi baseado no Regimento Interno, Constituição Estadual e Federal. O parecer foi derrotado por maioria com os votos da deputada Camila Toscano, Deputado Cabo Gilberto, deputado Felipe Leitão e deputada Pollyanna Dutra. Discussão e votação do Item 1 – Medida Provisória nº 281/2019 – (MENSAGEM Nº 13, 04/04/2019) do Governador Do Estado – Altera §§ 2º e 3º, do artigo 27, da Lei nº 5.701 de 08 de Janeiro de 1993 e dá outras providências. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela admissibilidade da matéria. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Mesa aprovou a inclusão das seguintes matérias: Decreto nº03/2019 – da Mesa Diretora - Aprova a indicação de Ricardo Sérgio de Aragão Ramalho Filho pelo Governo do Estado para o cargo de Diretor Executivo de Controle Administrativo Financeiro da Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB, e dá outras providências. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 377/2019 – do deputado João Gonçalves – Reconhece como utilidade pública APLJ – Academia Paraibana de Letras Jurídicas, e dá outras providências. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 435/2019 – do deputado Tião Gomes - Cria a área de proteção ambiental da praia de Jacarapé e dá outras providências. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Agradecendo aos senhores deputados presentes. Lavrando a presente Ata, os redatores Adriana de Meneses Leite, Paulo Fernando da Silva e Karla Georgea Castro Silva, Assistentes Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidente Deputada Pollyanna Dutra, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa-Pb, 14 de maio de 2019.


Deputada Pollyanna Dutra
Presidente